

2

CULTURA CÍVICA, DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E JUVENTUDE

Este capítulo tem por objetivo apontar para as principais filiações teóricas a que este trabalho está referido. Assim, em suas duas primeiras partes, iremos analisar os vínculos de nossas hipóteses com os estudos de corte culturalista, demonstrando a importância do contexto cívico no desenvolvimento de sistemas políticos democráticos. Serão apontados os conceitos e teorias clássicas desta vertente de estudos da Sociologia Política, assim como dar-se-á atenção às pesquisas empreendidas no Brasil que seguiram, de um modo ou de outro, o veio aberto pelos pioneiros.

Em sua terceira sessão, este capítulo focar-se-á no público jovem, pesquisado na cidade do Rio de Janeiro. Para que se possam relacionar os estudos culturalistas com os dados e fatos encontrados na pesquisa *Juventude, Cultura Cívica e Cidadania*, é importante abordar a questão da “juventude”. Como os jovens entrevistados se percebem? Ou, o que é ser jovem no Brasil hoje? A partir da abordagem deste primeiro assunto poderemos vincular e caracterizar essa faixa de indivíduos dentro dos moldes do *homo civicus* ou “*cidadão crítico*”; justamente pelo fato de que, em alguma medida, as opiniões dos jovens pesquisados demonstram a formação e socialização cívica dessa faixa de indivíduos.

2.1.

Os estudos sobre cultura política: da tradição clássica à agenda de pesquisa pós-II Grande Guerra

Um dos temas centrais da agenda de pesquisa da Sociologia Política, qual seja, a compreensão das relações e interações estabelecidas entre a sociedade dos indivíduos e o Estado (ou o que comumente se conhece como instituições

representativas), não é uma preocupação dos anos pós-II Grande Guerra ou dos anos recentes. Os vestígios destas relações podem ser encontrados desde, pelo menos, Platão e Aristóteles, para quem a comunidade representava importante papel na conformação de quaisquer que fossem os regimes políticos adotados. Para Maquiavel, Montesquieu e os contratualistas, igualmente, não se poderia pensar sobre o formato e atuação de um Estado forte, sem que a sociedade aquiescesse aos quesitos normativos daquele que, atualmente, chamamos de governo representativo.

Alexis de Tocqueville (1987) fora um dos primeiros autores do século XIX a perceber a importância do pano de fundo cultural no qual se estruturam as sociedades políticas – entendidos como valores associados à reciprocidade, solidariedade, confiança mútua, além da criação dos vínculos de sociabilidade. O autor colocava que o bom desempenho das instituições políticas da democracia somente se efetivaria na medida em que a sociedade fosse capaz de organizar seus interesses de forma autônoma. Ele observara que a “*arte da associação*” funcionava como um sistema de controle social sobre as instituições, capacitadora de uma educação pública (ou cívica) dos indivíduos para a democracia. É nesse sentido que a participação dos indivíduos nos assuntos públicos através do associativismo possibilitava uma governança democrática mais horizontal (ou igualitária). O que Tocqueville chamara de “*hábitos do coração*” – aqueles que promovem um “*conjunto de disposições intelectuais e morais que os homens introduzem no estado de sociedade*” (TOCQUEVILLE, 1987) – valeria como gradiente para a formação daquele pano de fundo cultural, sem o qual os governos poderiam se tornar ‘tirânicos’. Esse impulso dos indivíduos para a *liberdade e igualdade*, portanto, implicava em uma nova prática de ação política, característica da formação do espaço público de uma autônoma sociedade civil em luta pelos direitos de cidadania.

A constituição das sociedades modernas, solidamente constituídas enquanto comunidades nacionais, independentes territorialmente e soberanas politicamente, nem por isso deixou de produzir conflitos perversamente destrutivos dos laços sociais. As guerras entre as nações constituem fator importante nas análises de sociólogos e cientistas políticos acerca de seu impacto

na dissolução e reconstituição das sociedades democráticas¹. Este aspecto reforçou temas da agenda de investigações da Sociologia Política, principalmente depois da II Grande Guerra. O surgimento de regimes totalitários e autoritarismos levou a que um grande número de pesquisadores se questionassem sobre as causas destes estilos de regime político, quais as conseqüências para sociedades democráticas e como se processam as transições. O que se convencionou chamar de ‘transitologia’ se afirmou nos estudos sobre modernização e reformas políticas de sociedades que vivenciaram algum tipo de quebra da democracia. Talvez, a principal hipótese que se produziu através dessa literatura, entre os anos 1950 e 1970, seja que a passagem do ‘tradicional’ ao ‘moderno’ – tema clássico nas obras de Alexis de Tocqueville, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber – requer toda uma engenharia de mudanças sociais em larga escala, que perpassam, impreterivelmente, desde o sistema político e econômico até os valores básicos de sociabilidade do homem comum.

São exemplares dessa corrente de análise as obras de Barrington Moore (1966), Daniel Lerner e Edward Benfield². Para citar apenas um exemplo, a importância dos estudos sobre os processos de modernização é, desde o trabalho clássico de Moore (1966), uma constante nas investigações sobre o desenvolvimento social e político de comunidades nacionais. O ponto central nas análises desse autor é que, observando a passagem para a modernidade realizada por sociedades específicas (ele investiga três vias, ou possibilidades, do processo de modernização: as vias socialista revolucionária, democrática e autoritária), a “modernização conservadora”, sobretudo no caso dos *Junkers* alemães, conseguiu controlar a passagem para o mundo moderno “*sem deixar de contemplá-la e, inclusive, estimulá-la, sobretudo no que tange à industrialização, mas sem perder tampouco o controle do campo e mantendo suas propriedades oriundas do período feudal*” (DOMINGUES, 2002, p. 460). Ou seja, para esses autores, algumas sociedades tendem ao processo de modernização, muito embora realizem este processo sob a cláusula do ‘conservar-mudando’, o que, em última análise,

¹ Diferentes e importantes argumentos para compreensão do fenômeno da guerra podem ser encontrados em: Charles Tilly (*Coerção, capital e Estados europeus*, São Paulo, Editora USP, 1996), Anthony Giddens (*O Estado-nação e a violência*, São Paulo, Editora USP, 2001) e Norman Angell (*A grande ilusão*, Brasília, Editora UNB, 2002).

² As obras de Daniel Lerner e Edward Benfield são, respectivamente: *The passing of traditional society* (New York, The Free Press, 1965) e *The moral basis of a backward society* (New York, The Free Press, 1958).

caracterizaria essas sociedades como ‘sociedades moderno-tradicionais’, principalmente no que tange à via de tipo autoritária, ou “*conservative revolutions*”, na terminologia utilizada por Moore (1966: 414).

Há sem dúvida alguma, uma forte tendência (ou linha) evolucionista presente nessas abordagens – especialmente nos trabalhos de Lerner e Benfield – mas, esse estilo de argumentação influenciou grande parte da agenda de pesquisas de autores dos anos 1950 e, de alguma forma, ainda continua a influenciar. Atualmente, as pesquisas mundiais de valores ainda insistem nas tipificações clássicas das teorias de modernização. E, muito embora haja uma intensa produção crítica a respeito da real aplicabilidade desses recursos teórico-conceituais para se pensar a atualidade mundial e brasileira, de igual forma existe grande número de estudos e investigações que procuram legitimar todo um conjunto de hipóteses ancoradas nos *world values surveys*. Estes estudos têm procurado demonstrar que, na experiência do indivíduo com as instituições representativas, a importância da cultura política e cívica para o desenvolvimento e o bom desempenho de regimes democráticos é fator fundamental. Em outras palavras, essas investigações procuram ressaltar a correlação intrínseca entre as estruturas e arranjos políticos e o cimento cultural de uma determinada sociedade. O que Ronald Inglehart (1988) chamou de “*renascimento da cultura política*” foi o resultado de uma série de investigações empíricas sobre os sistemas de valores e atitudes que conformam padrões de cultura cívica e política no mundo democrático, e que tem impacto direto sobre os arranjos institucionais.

Na década de 1960, Gabriel Almond e Sidney Verba (1965) abordaram a questão da cultura cívica em uma pesquisa comparativa entre países democráticos (EUA e Inglaterra) e outros com baixa densidade democrática (Itália, Alemanha e México). Os autores ressaltavam as variáveis “cultura política e cívica” como relevantes para o estudo das mudanças no mundo democrático. As preferências políticas são dirimidas através de um pano de fundo cultural (crenças, valores e atitudes individuais), e, portanto, os arranjos institucionais não se consolidam independentemente dos contextos em que operam. Na pesquisa empírica levada a cabo por Almond e Verba – que redundou em tipificações de culturas políticas e numa definição culturalista de democracia – identificaram-se padrões de relacionamento dos indivíduos com o seu sistema político. Segundo os autores,

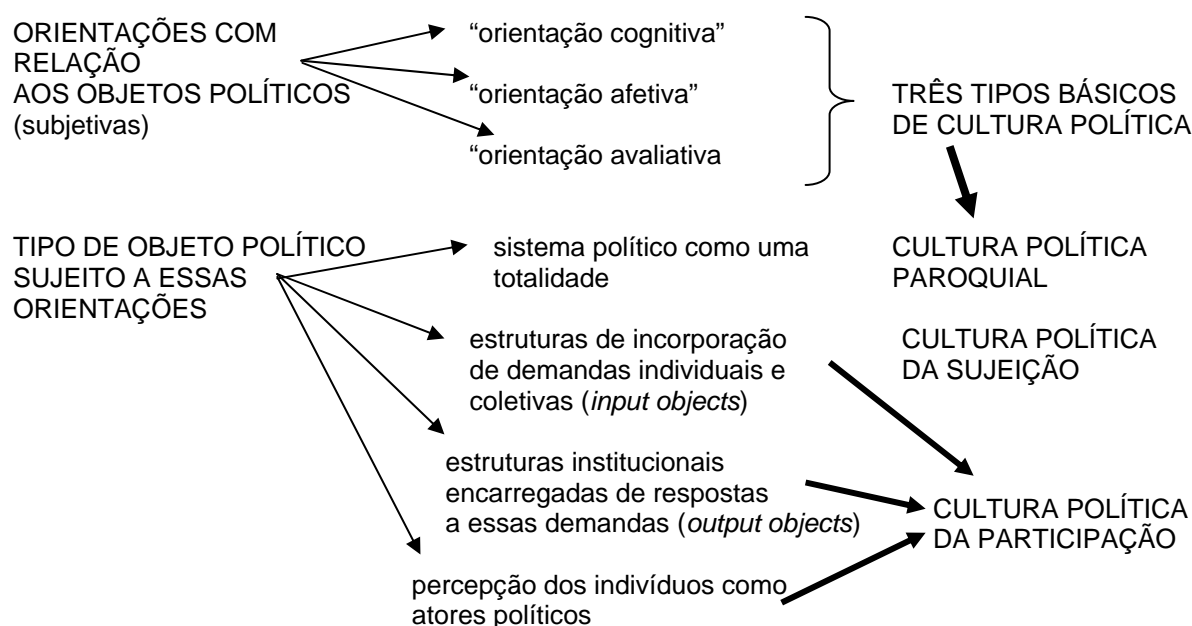
“the term ‘political culture’ thus refers to the specifically political orientations – attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system” (ALMOND & VERBA, 1965, p. 12).

Para Almond e Verba, os diferentes tipos de cultura política são derivados do cruzamento de duas dimensões básicas: orientações com relação aos objetos políticos (subjetivas) e o tipo de objeto político sujeito a essas orientações. Segundo os autores, as orientações subjetivas com relação ao sistema político poderiam ser de três tipos: “orientação cognitiva” (conhecimento e crença com relação ao sistema e o papel dos atores nele inseridos), “orientação afetiva” (o sentimento que indivíduos nutrem pelo seu sistema político) e “orientação avaliativa” (o julgamento sobre objetos políticos, que implicam na conjunção de sentimento, conhecimento e informações sobre o sistema político). Esse último tipo de orientação subjetiva consubstanciaria um conjunto de valores orientadores de ações e atitudes individuais (ALMOND & VERBA, 1965, p. 13-14).

Com relação ao tipo de objeto político, quatro variáveis podem ser identificadas: sistema político como uma totalidade; estruturas de incorporação de demandas individuais e coletivas (*input objects*); estruturas institucionais encarregadas de respostas a essas demandas (*output objects*); e percepção dos indivíduos como atores políticos. Desse cruzamento, Almond e Verba chegam a três tipos básicos de cultura política: cultura política paroquial, cultura política da sujeição e cultura política da participação. O tipo paroquial de cultura política se caracterizaria por pouca diferenciação entre as dimensões religiosa e política e baixa participação dos indivíduos na política. A cultura política da sujeição se caracterizaria por uma maior dependência de orientações, sentimentos e opiniões em relação às estruturas institucionais encarregadas da administração das demandas. Finalmente, a cultura política de participação se caracterizaria por um equilíbrio entre as estruturas de *inputs* e *outputs* (ALMOND & VERBA, 1965, p. 14-26). O gráfico abaixo procura demonstrar a formação da “cultura política participativa” – que, de resto, é o ideal-tipo que nos interessa associar a idéia atual de uma maré crescente de “*cidadãos críticos*”:

GRÁFICO 1

A FORMAÇÃO DA “CULTURA POLÍTICA PARTICIPATIVA”



No final da década de 1970, Inglehart (1977) começou a produzir uma série de investigações empíricas sobre valores nas sociedades democráticas. O que o autor chamou de “*revolução silenciosa*” referia-se ao desenvolvimento, em escala mundial – a despeito das diferenças culturais entre as nações –, de um processo de mudança baseado nas prioridades valorativas dos indivíduos: nas sociedades industriais avançadas, eles estariam substituindo uma visão “*materialista*” (foco na segurança nacional, manutenção da ordem, combater o aumento dos preços, por exemplo) por uma postura “*pós-materialista*” (como, por exemplo, preocupação com o meio ambiente, progredir para uma sociedade mais humana e menos impessoal, lutar contra a delinquência). Enquanto na primeira – período histórico que, segundo os pesquisadores dos *world values surveys*, encontra-se no período entre guerras – os indivíduos estariam voltados para a reconstrução de suas vidas (em termos sócio-econômicos) e preocupados com a segurança nacional das nações, na postura “*pós-materialista*” eles se encontrariam, por volta década de 1970, com questões coletivas, que afetariam a vida de todos no conjunto da sociedade. À síndrome de valores pós-materialistas, Inglehart associou a uma “*self-expression values*”; enquanto na permanência da

visão materialista se esboçava uma “*survival values*” (INGLEHART, 2005, p. 48-56).

Assim, muito embora as pesquisas de Inglehart avançassem na esteira aberta por Almond e Verba, seus dados ainda persistiam no modelo auto-centrado das teorias de modernização. Ou seja, a vaga de controvérsias aberta pelo clássico *The civic culture* (1965), também estaria sendo colocada como um ponto crítico para o seu *The silent revolution* (1977). Um dos questionamentos críticos dirigidos aos estudos de Inglehart, por exemplo, poderia ser: como tornar viável a aplicação da idéia de “*revolução silenciosa*” em países como o Brasil, onde a expressão de “*survival values*” ainda é tão grande? Mais adiante, serão citadas algumas pesquisas realizadas no Brasil que, utilizando os índices propostos pelas investigações de Inglehart e dos institutos de pesquisa de opinião (como o Latinobarômetro), procuraram dar uma resposta a esta e outras perguntas.

Seguindo a leitura das investigações sobre cultura política e cívica, as pesquisas empreendidas por Robert Putnam nas décadas de 1970 e 1990, na Itália, procuraram demonstrar as desigualdades regionais (em termos de modernização política e econômica) através do estoque de capital social (composto, principalmente, pelo “contexto cívico”), que levaria à determinação de “*círculos virtuosos ou viciosos*” no desenvolvimento político e social. Recuperando a síntese toquevilleana, na investigação sobre a experiência de criação de governos regionais na Itália – possibilitando o princípio de descentralização política e administrativa –, Putnam (2005) recupera a tese de que o contexto cívico é importante para o funcionamento das instituições. O autor vai além, e demonstra que a cultura cívica atua de forma positiva no desempenho das instituições, e sua falta produz obstáculos. Portanto, associado à confiança interpessoal e política, o contexto cívico traduz-se na construção de valores democráticos fundamentais para a autonomização dos indivíduos e da sociedade. Os “*recursos morais*”, tendo como pilares básicos, a confiança, a solidariedade, a reciprocidade e os sistemas de participação cívica, compõem o que Putnam chama de “*capital social*”.

Avaliando o desempenho institucional das regiões do norte e do sul da Itália, Putnam identificou disparidades de desenvolvimento social, político e econômico. As regiões do sul, apresentando uma forte rede clientelística, certos

padrões de “*familismo amoral*”³ e baixa identificação da população com as suas instituições, demonstraram o baixo desempenho das instituições; as regiões do norte, com bom desempenho das instituições, demonstraram alta satisfação e comprometimento da população nos assuntos públicos, mudanças promovidas pelo controle social criado ao longo da história. Nessa medida, essa caracterização possibilita o reconhecimento de “círculos viciosos e virtuosos” como determinantes do desempenho institucional. A conclusão básica contida nesse estudo de Putnam é a de que, o desempenho prático das instituições políticas sofre influência direta do contexto social. Assim, em resumo:

GRÁFICO 2

CÍRCULOS VIRTUOSOS E VICIOSOS NA CULTURA POLÍTICA DAS REGIÕES ITALIANAS

CÍRCULOS VICIOSOS (sul da Itália)	CÍRCULOS VIRTUOSOS (norte da Itália)
forte rede clientelística	bom desempenho das instituições públicas
baixa identificação da população com as suas instituições	alta satisfação e comprometimento da população nos assuntos públicos

Na esteira dessa onda de estudos culturalistas, existe uma vaga de controvérsias a respeito do modo como essas investigações identificam a relação entre o indivíduo e o sistema político. A principal crítica referida estaria ancorada na idéia de que as pesquisas empreendidas por Almond e Verba, assim como aquelas levadas a cabo nos *world values surveys* coordenadas por Inglehart, revela estarem informados por uma noção de cultura homogênea e auto-referida que, no limite, narraria a modelação de um tipo ideal de *homo civicus* afim à figura do indivíduo socializado num ambiente plenamente democratizado (PATEMAN, 1980; CARVALHO, 2002; RIBEIRO, 2007). Desconsiderariam, assim, diferenças culturais de recentes democracias consolidadas na década de 1980 e 1990, por

³ A expressão “*familismo amoral*” é desenvolvida na obra de Edward Benfield (1958); cf. nota 2, neste capítulo.

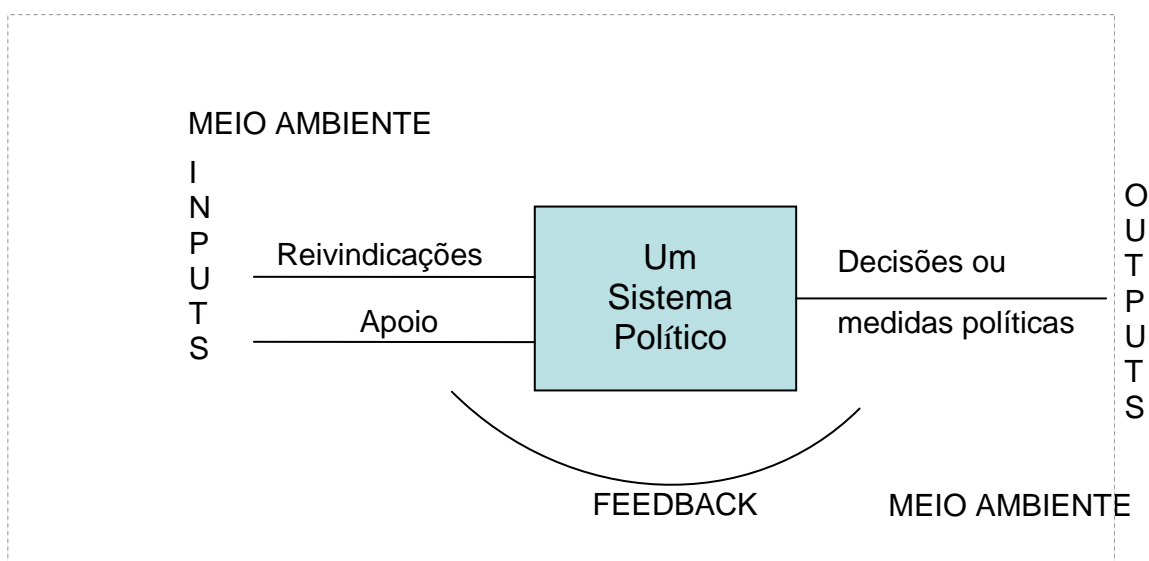
exemplo, as latino-americanas. Em que pese a importância destes estudos ainda hoje, a idéia reificada do *homo civicus* não se encontraria com aquela noção esposada nas décadas de 1950 e 1970. Tal como coloca uma intérprete recente destes trabalhos,

“(...) a atenção quase exclusiva que Almond e Verba teriam dedicado à relação indivíduo/sistema político inviabilizaria a percepção da democracia como um modelo auto-sustentado, que se baseia no treinamento social para a tomada de decisões e a aceitação de decisões coletivas” (CARVALHO, 2002, p. 299).

Recentemente as investigações de Pippa Norris e seus colaboradores identificaram que a idéia de *homo civicus* estaria se ajustando a uma maré crescente de “*critical citizens, or dissatisfied democrats*” (NORRIS, 1999, p. 3). Os cidadãos críticos seriam aqueles que levariam ao debate (público ou não) sua opinião favorável ou crítica de certos objetos (p. ex., desempenho do sistema político) relacionados diretamente com a *permormance* do regime democrático.

Ancorados por uma ênfase *multidimensional* do estudo sobre a cultura política, a autora e seus colaboradores identificaram nas proposições de David Easton (1968 e 1970) variáveis importantes na condução de pesquisas empíricas que diferenciam a “adesão ao regime político” e a “satisfação com o sistema político”, possibilitando uma compreensão mais acurada das condicionantes externas da confiança política e social. Easton afirmou que a legitimidade política estaria sustentada por um reservatório de apoio (“*support*”) ao regime adotado; e que esta aquiescência dependeria em grande medida do contexto cívico em que os indivíduos são socializados, levando-os ou não a expressão da satisfação com as soluções que o sistema político delibera em relação a sua *fides* (crença no regime). Em síntese, como demonstra a figura abaixo, a perspectiva eastoniana sugere que o desenvolvimento político de um determinado regime está sujeito a relação que o mundo da política estabelece com o mundo da vida dos homens comuns.

GRÁFICO 3
SISTEMA DE AÇÃO POLÍTICA EM FUNCIONAMENTO



Fonte: Easton (1970, p. 24)

Tal como nas pesquisas de Putnam, a inovação da perspectiva eastoniana se encontra na idéia de que, se por um lado o *sistema político* é distinguível do meio ambiente que o circunda, por outro lado, ele é *influenciável* (em diversificadas instâncias) por este. A capacidade de *resposta* que um sistema político deve oferecer às reivindicações e suportes oferecidos pelo *meio ambiente* – ou, o movimento entre os *inputs* e os *outputs* – pode ser interpretada “*como esforços construtivos ou alternativos dos membros do sistema para harmonizar e acompanhar as pressões do meio ambiente e das próprias fontes internas ao sistema*” (EASTON, 1968, p. 49). Assim, como nas relações de reciprocidade, a persistência de um sistema político (vista pela sua estabilidade política e governabilidade) se encontra diretamente ligada ao fato de “*obter um feedback adequado sobre seu funcionamento passado e deve estar apto a tomar medidas que regulem seu comportamento futuro*” (EASTON, 1968, p. 49).

O que todas as pesquisas mencionadas aqui (denominadas de estudos culturalistas) procuraram, de alguma forma, apontar é que, a análise da vida das instituições políticas requer um esforço de compreensão dos condicionantes e das

conformações externas (os *feedbacks* recebidos dos cidadãos comuns) que lhes emprestam vida.

Muito embora a concepção de “*cidadãos críticos*” demarcada acima seja o fio condutor que sustenta o vínculo de associação entre as teorias culturalistas aqui apontadas e o objeto de pesquisa empírica apresentada – opinião sobre a cultura política brasileira de jovens matriculados no ensino médio da rede pública e privada de ensino do Rio de Janeiro – é importante ressaltar alguns pontos críticos de nossa abordagem.

O primeiro deles está associado ao uso da forma ideal-típica⁴ do *homo civicus*, tal como ilustrada nas abordagens de Almond e Verba, Inglehart e Putnam. A formação de uma “*cultura política participativa*” se encontra com a construção de identidades coletivas; ou, mais explicitamente, a conformação deste tipo ideal de cultura política está ancorada na formação de “*sujeitos políticos*” (GOHN, 2008: 142-170; ARATO e COHEN, 2001; TOURAINE, 1984: 141-164). Ora, e este seria o segundo ponto crítico de nossas análises, alguns autores brasileiros (como se verá no tópico a seguir) apontam para as inúmeras dificuldades desta formação nacional entre nós. Sendo assim, o Brasil padeceria de *malaise* de formação e constituição democrática afim com o tipo ideal de *homo civicus*; em consequência, na falta desta instituição, não poderíamos argumentar a favor da formação de “*sujeitos políticos*”. Este é o caso, também, de nosso objeto de pesquisa empírica – a juventude do ensino médio. Embora não possamos, teoricamente, afirmar a conformação desses jovens à idéia de sujeitos políticos, acreditamos – em oposição às teses pessimistas – que estamos lidando com uma possibilidade em vias de construção; ou seja, a opinião desses jovens pode estar apontando para a constituição, não originária, claro, de “*sujeitos políticos*” que alimentam um sentido de co-responsabilidade com o sistema político.

⁴ Max Weber construiu a concepção de “tipos ideais” com o propósito de serem “*representantes ilustrativos*” de uma determinada realidade. Porém os ideal-tipos são construções analíticas e servem de instrumento científico para ao analista de uma dada realidade; em outros termos, os tipos ideais são parâmetros pelos quais o cientista pode ancorar algumas hipóteses sobre um determinado fenômeno ou realidade sociopolítica; não correspondem, em si, a uma dada realidade. Cf. Weber (1991).

2.2.

As pesquisas sobre cultura política no Brasil

Não é de épocas recentes que os cientistas sociais têm se debruçado sobre a análise dos condicionantes que conformam a cultura política brasileira. Existe uma tradição de análises que remonta aos estudos clássicos do pensamento brasileiro (estes serão recuperados nos capítulos II e III), e que aponta para certas características de nossas especificidades e singularidades. Em que pese o teor desses diagnósticos (alguns apontando para nossa *malaise* de formação político-societal, outros reivindicando o papel importante de um tipo singular de espírito de *entrepreneurship*), todos eles procuraram apontar para as relações criadas entre a sociedade dos indivíduos e o Estado.

Em seguida serão abordados alguns diagnósticos contemporâneos produzidos por pesquisadores que procuraram compreender o impacto das bases sociais da democracia. Assim, será dada atenção às pesquisas de dois importantes cientistas sociais brasileiros.

Os estudos de Elisa Reis (1998) e Wanderley Guilherme dos Santos (1994) são exemplares do prolongamento – e avanço – das discussões clássicas sobre os condicionantes da formação de uma cultura política afim com um país periférico, como é o caso do Brasil. Nas investigações de Reis, a sobrevivência do regime democrático brasileiro, em convivência com quadros de extrema pobreza e desigualdades sociais permanentes, sofre grave ameaça. Nas palavras da autora, “talvez a pobreza extrema, em combinação com a desigualdade, gere uma espécie de identidade social restritiva, alienada da esfera política” (REIS, 1998, p. 274). Seria forçoso falar, aqui, de alienação da nação em relação ao campo político, tal como poderemos observar através das opiniões de jovens do ensino médio do Rio de Janeiro, muito embora a produção de “identidade social restritiva” seja um fato realista entre determinadas camadas da população brasileira. A desigualdade social marcante na sociedade brasileira deixa entrever dois aspectos importantes: primeiro, ela produz obstáculos à sustentabilidade e estabilidade do regime político; e, segundo, as desigualdades (juntamente com a pobreza e a falta de oportunidades) provocam um círculo vicioso em que, aqueles que se encontram à

margem da distribuição social, não encontram espaço para identificar-se com algum grau de identidade coletiva. Cabe aqui a citação, algo longa, da autora:

“A pobreza extrema e os altos níveis de privação relativa, como os que se observam no Brasil de hoje, reduzem o incentivo para se tornar parte de uma sociedade civil. O capital social (...) desvaloriza-se, (...) [e] uma espécie de vazio ou abismo se abre entre o sistema político e a sociedade mais ampla. (...) Ao mesmo tempo que devemos evitar cair na tentação de oferecer respostas fáceis, creio que seria plausível argumentar que uma parte importante do problema é consequência justamente da falta de uma identidade política mais ampla. (...) Enquanto um grande número de pessoas continuar achando que o sistema político vigente nada tem a ver com suas vidas cotidianas, nossa democracia será tímida e medíocre” (REIS, 1998, pp. 292-3).

A timidez de nosso sistema político, de que nos fala Reis, está estreitamente relacionada com a hipótese culturalista: a real eficácia de um sistema político encontra-se na dependência da cultura cívica de um país, e nas resultantes de escolhas de determinadas políticas governamentais que estão embutidas as expectativas de comportamentos da comunidade (EASTON, 1968; SANTOS, 1994, pp. 104-5). Seria justamente pelo fato de que as expectativas geradas por políticas governamentais não são percebidas como caixa de ressonância da vontade coletiva, que dados analisados por Santos, referentes à década de 1980, mostram um menor envolvimento do brasileiro com as formas clássicas de associativismo (sindicatos, associações voluntárias, de moradores, entre outras). Segundo o autor, esse decréscimo na participação do cidadão comum nos espaços públicos seria sintomático da ausência de cultura cívica no Brasil, gerando, no limite, fenômenos como o de *“hobbesianismo social”* (SANTOS, 1994, p. 79). A participação na vida pública e política da sociedade é condição para o sucesso de regimes democráticos. Se, ao contrário disso, encontramos a sociedade num estado hobbesiano – no qual cada indivíduo, como no estado de natureza desenhado por Thomas Hobbes no século XVII, busca cegamente a realização dos próprios interesses – verifica-se uma verdadeira erosão das normas que, em última instância, empresta sustentação a práticas como, por exemplo, a privatização dos espaços públicos. O sentido realista de democracia, esposado por alguns autores como Robert Dahl⁵ e Almond e Verba, é

⁵ A principal obra de Dahl, utilizada por Santos e outros autores, é *Poliarquia – participação e oposição* (São Paulo, Editora USP, 2005).

então distorcido, criando-se um verdadeiro estado de “anomia social”⁶ no qual as micro-sociedades estabelecem lógicas de normatização descoladas de um sentido coeso e solidário.

De fenômenos como o “familismo amoral” – expressão criada por Edward Benfield, em 1958 –, do qual Reis (1998) se utiliza para pensar o caso brasileiro, ao “*modelo máfia*”, que Santos (1994) constrói para uma análise das condicionantes de nossa cultura política, esboça-se a retração cada vez maior da esfera pública e uma “*cultura cívica predatória*”. É justamente em sociedade muito desiguais, como é o caso da brasileira, que a descrença na política – vista não como canal de representação dos interesses coletivos, mas como canal de acumulação de vantagens pessoais – e o baixo grau de participação social, afirmaria um quadro de incertezas e desconfortos sentidos pelo homem comum⁷. Assim, o fracasso na integração social de políticas governamentais orientadas pelos particularismos de interesses, afirma-se devido ao fato de que as desigualdades existentes não geram condições favoráveis à inclusão de grande parte da população no processo político-decisório; muito menos incentivos à participação social. Tal como afirma Santos,

“A erosão das normas favorece a desconfiança que em breve se faz acompanhar do temor da convivência social. Os laços de solidariedade se diluem e os indivíduos voltam-se para si próprios, recusando-se ao convívio social. O privado se sobrepõe ao público [, e] a erosão das normas de convivência destitui a arena pública de qualquer caráter simbólico positivo” (SANTOS, 1994, p. 109).

Estes diagnósticos levariam a inscrição do Brasil e dos brasileiros em um baixo padrão de civilidade, ou na fragilidade de uma cultura cívica ainda pouco habituada aos valores da democracia política. Mas esta não é, em outra chave de leitura, a abordagem de um crescente número de cientistas sociais que vêm empreendendo pesquisas sobre o grau de civismo entre os brasileiros. Adotando aqui a concepção de Santos acerca da idéia de cultura cívica – qual seja, “*o sistema de crenças, compartilhado pela população, quanto aos poderes públicos,*

⁶ O termo “*anomia social*” é aqui emprestado de Robert K. Merton, para quem – tal como na clássica acepção de Durkheim –, a falta de compartilhamento de uma “*tabla común de valores*” acabaria por levar certa parcela de indivíduos ao abandono de modos adaptativos baseados no coletivo (MERTON, 2002, pp. 232-234).

⁷ Essas incertezas e desconfortos poderão ser observados no item seguinte deste capítulo.

quanto à própria sociedade em que vive, e quanto ao catálogo de direitos e deveres que cada qual acredita ser o seu” (SANTOS, 1994, p. 105) – veremos a seguir que, mesmo expressando desconfiança política e um grau bastante elevado de descrença quanto ao mundo público, os jovens que foram interpelados pela pesquisa empírica que serve de pano de fundo para nossas hipóteses, apontam crítica e conscientemente para os fatores condicionantes de uma “habituação democrática” em construção. Portanto, muito longe de estar estagnada, ou de não produzir nenhum efeito quanto à percepção de democracia, a visão expressa por esses jovens acerca da concepção de cultura cívica acima mencionada, de fato poderia estar inscrevendo-os nos moldes do *homo civicus*? Sendo esta a primeira, talvez a principal indagação de nossa hipótese, começaremos abordando a visão mais geral dos jovens sobre sua própria condição dentro da sociedade brasileira. Esta nos informará também a respeito dos principais medos e expectativas em relação ao país; o que nos proporcionará importantes dados acerca da idéia que fazem de nossa cultura política e cívica.

2.3.

Juventude: consciência crítica, medos e expectativas

“A juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém, é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade”.

(Karl Mannheim)⁸

Como já exposto na apresentação deste trabalho, esta pesquisa acredita que refletir sobre os padrões (ou níveis) de cultura política e cívica na camada jovem da população brasileira (mais especificamente, entre jovens de 16 a 18 anos de idade, moradores da cidade do Rio de Janeiro e matriculados na rede de ensino pública e privada), torna-se de singular importância, justamente pelo fato de que apresentam certas tendências comportamentais – as “*cognitive orientations*” de Almond e Verba (1965: 14) – essenciais na formação do indivíduo (ou ator

⁸ Cf. “O problema da juventude na sociedade moderna” in *Sociologia da Juventude*, I. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 73.

social), capacitando-os numa concepção mais extensa de “*cidadãos críticos*” (NORRIS, 1999).

Utilizando a pesquisa *Juventude, Cultura Cívica e Cidadania*, que em sua primeira rodada procurou evidenciar como “cada segmento percebe as oportunidades abertas pela nova institucionalidade democrática” (PAIVA & BURGOS, 2003, p. 4), procuraremos apreender as percepções desse público jovem sobre aspectos da cultura política brasileira. Nosso primeiro contato com os dados da pesquisa, no entanto, procurará demonstrar que, se o *grau de civismo* extraído da primeira rodada de investigação com os jovens, como demonstra a tabela abaixo, revelou que “uma minoria dos jovens de ambas as redes fariam parte da categoria ‘padrão alto de cultura cívica’” (PAIVA E BURGOS, 2003, p. 5), é porque essa afirmação está ancorada numa certa percepção crítica de realidade⁹ que tencionamos apresentar.

TABELA 1
GRAU DE CIVISMO

Padrão de civilidade	Rede Particular	Rede Pública
Alto	13,4%	11,2%
Médio	40,3%	35,2%
Baixo	46,3%	53,6%
Total	100,0%	100,0%

Para além das considerações meramente teóricas a que este trabalho se filia, é importante ressaltar o contexto sócio-político em que essa camada jovem se situa. A juventude brasileira dos anos recentes (alunos do ensino médio carioca, com idade entre 16 e 18 anos) – sobre a qual a pesquisa recolheu dados – já nasce e se desenvolve num ambiente democratizado. Portanto, quando a esfera pública que organiza coletivamente os interesses do homem comum (em associações,

⁹ Essa percepção crítica de realidade, vale mencionar, é revelada por aquilo que Anthony Giddens chamou de “*consciência ontológica*”. Ou seja, aquela capacidade que os atores têm de discernir e expressar, verbalmente, aquilo que pensam sobre as condições sociais, especialmente a sua (GIDDENS, 2003, p. 440). Essa consciência, segundo o autor, está ancorada no que chama de “*monitoração reflexiva da ação*”; ou seja, no caráter deliberado do próprio agente de “*auto-interrogar-se em termos do que está acontecendo*” a sua volta e dentro de si-mesmo (GIDDENS, 2002, p. 75).

ONGs, sindicatos) se configura enquanto espaço autônomo (muito embora este seja um dado, por si só, que aponte positivamente para uma via de habituação dessa faixa com valores importantes da democracia) a percepção ontológica que os jovens têm de si mesmo deixa entrever algumas situações que é necessário problematizar. Para uma grande maioria, “ser jovem no Brasil” está associado à *insegurança*; são 32,3% na rede pública de ensino, 22,5% na rede pública de “excelência” e 30,3% na rede privada que optaram por esta alternativa oferecida no *survey*:

TABELA 2
A JUVENTUDE NO BRASIL

Ser jovem no Brasil é...	Rede de ensino		
	Rede Pública	Rede Pública de “excelência”	Rede Particular
mais difícil do que em país desenvolvido	20,3	30,5	22,0
bom, há muito o que fazer	28,6	25,8	25,0
igual em qualquer lugar	17,1	17,4	13,8
dá muita insegurança	32,3	22,5	30,3
Outro	1,4	1,4	7,8
Não respondeu	,3	2,3	1,1
Total	100,0	100,0	100,0

Essa insegurança, que é o dado que mais chama atenção, está associada a problemas relacionados, principalmente, ao mundo público e aos problemas mais próximos da realidade do mundo da vida. É ainda impressionante notar como os jovens associam esses problemas, que fazem parte da conformação do mundo público, a uma crescente falta de coesão social entre os brasileiros; ou seja, quando afirmam a insegurança pública, a corrupção ou a violência urbana, esses indivíduos expressam seu descontentamento, não somente com a condição de jovens que lhes está sendo oferecida, mas igualmente com as condições que produzem uma percepção perversa de futuro.

“Porque aqui você tem insegurança, você tem uma corrupção absurda, você tem falta de educação, tem muitos problemas que dispersam o brasileiro. Nada que junte” (Colégio da rede pública de “excelência”).

“E é um ciclo vicioso. A pessoa não consegue. O jovem não tem uma perspectiva de vida de crescer, ele tá naquele núcleo pobre, onde tem a violência, o tráfico, a violência familiar, aí ele não consegue, sai e vai pro trabalho. Aí ele não consegue nada no trabalho, aí ele vai pro tráfico. Aí a violência cresce e cresce e a Rosinha [governadora do estado do RJ] ainda acha que colocando mais polícia na rua vai resolver. Então é um ciclo. Aquele jovem que entrou só vai sair dali morto, ele não pensa em sair de lá e não pensa em não entrar” (Colégio da rede pública).

Nessas duas falas, podemos perceber que a visão crítica esposada por esses jovens refere-se justamente à atuação dos organismos públicos em resolver os principais problemas, tais como educação e violência. Essa postura desconstrói uma visão “romântica” de país e aponta para os fatores que poderiam controlar essas situações problemáticas:

“Como qualquer outra região do mundo o Brasil tem vários problemas, mas um dos maiores problemas do Brasil é a falta de vontade de resolver esses mesmos problemas” (Colégio da rede pública de “excelência”).

“Eu acho que todo mundo vê de uma forma romântica que o Brasil vai crescer, vai melhorar, mas eu acho que não tem como ter esperança quando o país está sempre a mesma coisa” (Colégio da rede pública de “excelência”).

“Porque nem todos têm educação; porque se todos tivessem, não teria violência. [Para] qualquer coisa a educação é que é a base. Qualquer coisa” (Colégio da rede particular).

Os fatores que poderiam mitigar a solução dos problemas apontados pelos jovens passam pelo investimento na educação (ressalvando-se que esse tema é uma constante na opinião destes jovens). Ao lado disso, segundo os jovens, é importante que a sociedade se mobilize mais no que diz respeito à vocalização destas demandas sociais; eles colocam, claramente, que percebem inércia das pessoas. Esse ponto se relaciona ao que Santos (1994) associa com um crescente fenômeno de desconfiança generalizada e individualismo.

“Não se vê ninguém falar em investimento em educação: ‘tem que botar exército pra invadir favela mesmo, matar todo mundo, acabar com o morro’... e agora”

todo mundo reparou que alguma coisa tem que ser feita, mas a maioria da sociedade não tá nem aí... mas agora que a elite tá sendo vítima de assalto, aí tem que se fazer alguma coisa... mas muitas vezes é acabar com o morro, acabar com os pobres...” (Colégio da rede particular)

“Eu espero que o brasileiro, com tudo que tá acontecendo, melhore também. Saia da inércia. Comece a lutar por um país melhor. Que se nós formos perguntar para o povo todo qual sua expectativa pro futuro, certamente uma grande parte falará do vôlei brasileiro em 2010” (Colégio da rede pública de “excelência”)

“A educação é o maior, é o centro, a educação. Porque se o governo mudar a educação vai mudar tudo” (Colégio da rede pública)

Ao lado desta percepção crítica, os jovens se colocam na posição de geração futura que deve assumir responsabilidades em relação às várias facetas que os problemas nacionais apresentam. Eles apontam, como positivo, o fato de esses problemas nacionais (tais como a corrupção) estarem “aparecendo” para o público. E, nesse sentido, percebem a importância da vocalização das “reclamações” e demandas da sociedade.

“Nós somos os jovens que na próxima geração vão estar no poder e se a gente não fizer isso, não vai dar certo. Eu acho que pra mudar a gente tem que assumir a nossa responsabilidade” (Colégio da rede privada).

“Apesar de tudo, esta corrupção e da imagem que passa lá fora, que é muito ruim, eu acho que é positivo porque está surgindo, tudo isso está aparecendo, está sendo falado e então a gente pode reclamar” (Colégio da rede privada).

“Eu acho que a gente não deve só pensar na questão da violência. Acredito que as pessoas lá fora e aqui dentro têm que ver o Brasil de um jeito bonito, em termos assim, temos praias tropicais maravilhosas, temos até um desenvolvimento mesmo em ‘passos de tartaruga’, mas chegaremos numa situação legal, razoável e politicamente; eu acredito que devemos melhorar, porque os políticos não estão resolvendo a nossa situação” (Colégio da rede pública).

Muito embora a visão seja bastante crítica, e teça generalizações a respeito do mundo público (políticos, partidos políticos, entre outros; visão que será ampliada no capítulo III), os jovens acreditam em um “sentimento de esperança”, que vem associado a uma preocupação com o outro – principalmente expressa pelo jovem da rede particular de ensino diante da situação dos estudantes da rede pública. O estudante da rede particular, de alguma maneira, sabe que está

estudando numa boa escola, que conta e está ancorado por recursos familiares, tal como na noção de “*capital social*” esposada por Bourdieu¹⁰. Segundo o autor, a família realiza, ao longo do processo de socialização de um indivíduo, certa quantidade de investimentos educativos que possibilitam a transmissão de “*capital cultural*” (que inclui saberes, práticas, valores, expectativas quanto ao futuro). As desigualdades sociais se produzem e reproduzem, segundo o autor, na medida em que o sistema permite o sucesso, àqueles indivíduos que acumulam uma maior soma de capital cultural. Enquanto isso, o jovem da rede pública de ensino não dispõe desta mesma rede de recursos, mas mesmo assim há esperança de que haja mudanças.

“Eu espero que nessa minha geração cresça alguma coisa nesse país, que melhore alguma coisa, mas é difícil. Estudos aí dizem que se começar a muda agora, as coisas só começam a melhorar daqui a cem anos. Mas eu tenho esperança que um dia mude, eu não tenho medo do futuro porque eu estudo em um colégio particular e tenho uma condição de vida boa, assim como todos os que estão aqui, mas eu tenho medo pelo outros, tenho medo por aqueles que não têm essa condição boa que eu tenho” (Colégio da rede privada).

“Acho que o sentimento de todo brasileiro é um sentimento de esperança. Apesar das tristezas, apesar das dificuldades, apesar das angústias, sempre o brasileiro tem esse clima de esperança, esse clima de mudança. Tanto é que em todas as eleições nós ficamos: ‘e aí, vai votar em quem?’, pensando ‘será que dessa vez muda realmente?’; sempre no ar com essa esperança” (Colégio da rede pública).

Quanto aos principais medos, existe entre as redes de ensino, uma constante. Ao pedir que enumerassem os três principais medos, de uma lista oferecida no *survey*, os jovens se colocaram da seguinte forma:

¹⁰ O que Bourdieu chama de capital social, seria o “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis”. Assim, seguindo para as fileiras do mercado de trabalho, “o rendimento econômico e social do certificado escolar depende do capital social – também herdado – que pode ser colocado ao seu serviço” (BOURDIEU, 1998, pp. 67 e 74).

TABELA 3
PRINCIPAIS MEDOS DOS JOVENS

Principais medos	Rede de ensino		
	Rede Pública	Rede Pública de “excelência”	Rede Particular
1º	Violência urbana	Violência urbana	Violência urbana
2º	Mercado de trabalho	Mercado de trabalho	Mercado de trabalho
3º	Desemprego dos pais	Desemprego dos pais	Problemas do país piorarem

É sintomático que o primeiro medo apontado pelos jovens seja o da violência urbana, tanto na rede pública quanto na rede particular, ainda que essa violência tenha representações variadas para jovens de classes sociais tão diferenciadas, como ficará evidente na análise das falas oriundas dos grupos focais, evidenciadas mais adiante.

Ao vincular o problema da violência à escassez de liberdade (ou a ausência dela nos meios urbanos), Maria Alice Rezende de Carvalho problematiza a questão a partir da dimensão política, em que está encerrada “*a baixa legitimação da autoridade política do Estado, cujo privatismo congênito estreitou excessivamente a dimensão da polis, condenando praticamente toda a sociedade à condição de bárbaros*” (CARVALHO, 2000, p. 55). A autora constrói a expressão “*cidade escassa*” para caracterizar a condição residual dos direitos de cidadania, aliada à pouca competência das ações governamentais para incluir as demandas sociais ao sistema político. A cena urbana passa, portanto, a pautar-se por ausências: “*uma sociedade sem cultura cívica, sem vida associativa, sem partidos enraizados, sem, sequer, normas confiáveis que favorecessem a convivência e a reprodução sociais*” (CARVALHO, 2000, p. 60). É a essa expressão que os jovens de diferentes redes de ensino se referem nas falas abaixo:

“Medo de ser assaltada a qualquer momento, a qualquer hora... não é só de noite. Você é assaltado 4h da tarde, 2h da tarde, que isso?!? *Você não pode mais sair de casa*” (Colégio da rede pública).

“Essa violência toda, assalto, bala perdida, várias coisas” (Colégio da rede pública).

“Eu não penso muito no desemprego, eu penso na violência. Porque a gente faz um programa de vida, pensando no futuro e por causa da violência não sabe se vai participar de tudo que está planejando. A gente dentro de casa, ou mesmo saindo de casa, a violência coloca medo” (Colégio da rede pública).

Os jovens estudantes da rede pública, como mostra bem a fala abaixo, convivem com uma situação de “medo no lugar onde moram”¹¹. Essa situação, além de ser agravada pela escassez de liberdade cidadina, é potencializada ainda mais pelo que Luiz Antonio Machado da Silva e seus colaboradores chamaram de *“vida sob cerco”*. O autor coloca que a escalada da violência urbana mantém os moradores – principalmente moradores de favelas – sob uma determinada rotina (já transformada em *habitus*), que gira em torno da ordem social dominante. Essa rotina aproxima, forçosamente, o cidadão comum da *“sociabilidade violenta”*, entendida como um padrão específico de vulnerabilidade (ou risco social) diante da submissão ao medo gerado por uma ordem instituída – seja por traficantes, ou mesmo por policiais – que, no limite, está pautando “o desenvolvimento de uma desconfiança generalizada” (MACHADO, 2008, pp. 41, 42 e 45):

“Acho que as pessoas da escola pública convivem com o medo no lugar onde eles moram. As pessoas que geram a violência geralmente estão lá dentro. As pessoas de colégio público têm menos medo de ser assaltado de sofrer alguma violência, um seqüestro, de ter o carro roubado” (Colégio da rede particular).

O segundo medo apontado pelos jovens da rede pública e particular de ensino, está associado ao “mercado de trabalho”; ou, melhor, as chances de sucesso escolar (passagem da escola para universidade) e ingresso no mundo do trabalho. Os jovens sentem a instabilidade a que estão submetidos. Diferentemente do estudante da rede privada de ensino que, como já mencionado, está ancorado por uma rede de sociabilidade que pode garantir uma boa escolaridade e colocação no mercado de trabalho, os jovens da rede pública enxergam com certa distância e angústia o seu futuro. É importante ressaltar como esses jovens da rede pública visualizam suas oportunidades – seja de ingresso na

¹¹ Ainda que não tenhamos os dados de moradia desses jovens, foi constatado nos grupos focais que, os jovens da rede pública moram – em sua grande maioria – em favelas ou em áreas de risco.

universidade, seja no mercado de trabalho – quase como uma barreira a ser transposta a duros custos:

“Eu tenho medo de agitar minha vida toda e não conseguir me realizar nela, não conseguir ter uma vida de que eu me orgulhe” (Colégio da rede privada)

“É o desejo de conseguir um trabalho estável, com salário fixo. E saber que eu garanti uma boa parte da minha vida...” (Colégio da rede privada)

“Eu fico frustrado em me ver hoje, no terceiro ano do ensino médio, olhar pra mim e pro mundo e ver que eu não tenho uma base, que eu não tenho uma educação que eu queria ter. Uma educação que os alunos do São Bento têm e eu não tenho. Uma falta de oportunidade” (Colégio da rede pública)

“Acho que uma das maiores expectativas nossas aqui é o caso de conseguir um emprego. Porque hoje tá muito difícil. Para passar para uma faculdade, nossa! Tem que comer os livros pra conseguir, ainda mais se for pública, porque particular quase ninguém tem condições de pagar” (Colégio da rede pública)

Resta colocar um agravio a essas percepções do aluno da rede pública, que está relacionado com a escolaridade dos pais. A percentagem (41,3% e 39,8%) de pais dos alunos da rede pública que não conseguem completar o ensino fundamental e médio é extremamente alta; enquanto que 48,4% e 48,5% de pais dos alunos da rede pública de “excelência” e da privada possuem o ensino superior completo (sem contar, como mostra a tabela abaixo, a percentagem daqueles que possuem títulos de pós-graduação). Ou seja, os jovens da rede pública não contam com um estofo herdado de “*capital cultural*” (BOURDIEU, 1998), tal como os da rede pública de “excelência” e os da rede privada, que, segundo Giddens (1991, pp. 95-102) é necessário, para que se produza no indivíduo uma “*confiança básica*”, pilar do sentimento de ser e estar-no-mundo¹².

¹² Segundo Giddens, “*uma pessoa que está existencialmente insegura sobre seus diversos eus, ou se os outros realmente existem, ou se o que é percebido realmente existe, pode ser inteiramente incapaz de habitar o mesmo universo social como os outros seres humanos. (...) A confiança nos outros é desenvolvida em conjugação com a formação de um senso interno de confiabilidade, que fornece ulteriormente uma base para uma auto-identidade estável*” (GIDDENS, 1991, pp. 96-7, grifo meu).

TABELA 4
ESCOLARIDADE DOS PAIS

Escolaridade dos pais	Rede de ensino		
	Rede Pública	Rede Pública de “excelência”	Rede Particular
Fundamental	41,3	4,2	0,9
Médio	39,8	15,5	5,6
Superior	13,8	48,4	48,5
Pós-graduação	2,0	31,0	44,8
Não estudou	2,6	0,9	0,2
Não respondeu	0,6	-	-
Total	100,0	100,0	100,0

É interessante notar como os jovens associam suas possibilidades, assim como seus medos e expectativas, aos problemas do seu entorno social. Eles entendem claramente que os problemas e medos enunciados (violência, falta de oportunidade, insegurança) estão associados ao tema da política, e como esta resolve, ou envia um *feedback* – embora precariamente – aos apetites sociais. Os jovens expressam criticamente a opinião de que, tal como observou Carvalho (2000, p. 55), aqueles apetites não são articulados “à *vida política organizada*”. Portanto, “ser jovem no Brasil” não está meramente associado às angústias de uma camada que está prestes a ingressar no mundo da vida pós-socialização primária; há uma forte consciência ontológica crítica que indica para os limites colocados pela inscrição do país em uma determinada via de modernização que não traz consigo, ou melhor, que dissocia os interesses coletivos dos interesses do Estado. No capítulo seguinte será descrito o processo de modernização brasileiro e o impacto da *national e state-building* na expansão da cidadania e no sentimento de nação.